UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE PEDAGOGIA

ALINE VASCONCELO BATTISTI
GIOMAR MARIA POLETTO HECK

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO **BÁSICA:** TEORIA E PRÁTICA

CHAPECÓ
2015

ALINE VASCONCELO BATTISTI
GIOMAR MARIA POLETTO HECK

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEORIA E PRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profª. Drª. Lísia Regina Ferreira Michels

CHAPECÓ
2015

ALINE VASCONCELO BATTISTI
GIOMAR MARIA POLETTO HECK

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEORIA E PRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profª. Dra. Lísia Regina Ferreira Michels

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Dra. Lísia Regina Ferreira Michels – UFFS

_____

Profª. Msc. Jane Teresinha Donini Rodrigues – UFFS

_____

Profª. Esp. Mara Cristina Fortuna da Silva – Docente da Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEORIA E PRÁTICA

Aline Vasconcelo Battisti[*]

Giomar Maria Poletto Heck[**]

Lísia Regina Ferreira Michels[***]

> Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um "laboratório natural" de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância [...] (BOSA, 2002, p. 13).

Resumo

O presente estudo tem como tema "A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática". O principal objetivo deste artigo é analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação ao acesso e permanência/presença da criança com autismo na escola regular. É um artigo bibliográfico que inicialmente abordará o conceito de autismo e o diagnóstico diferencial, em seguida trata da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial, a partir da década de 90, após abordará a Inclusão Escolar de crianças com autismo. Para que haja a inclusão escolar é necessário o envolvimento da escola, comunidade e família para atender as necessidades e garantir o acesso/permanência da criança com autismo. Adaptações no currículo são necessárias para desenvolver sua autonomia, ultrapassar seus déficits sociais, para que novos conhecimentos e comportamentos sejam desenvolvidos no aluno. Estudar o autismo e a inclusão contribui para ampliar o conhecimento na área, contudo é necessário a formação de profissionais da educação básica numa perspectiva da inclusão escolar. Nesta perspectiva, a temática reafirma a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária. Proporcionar as crianças com autismo a convivência com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo a suas capacidades interativas, impedindo o isolamento continuo. O professor deve ter um olhar atento às necessidades de cada aluno, foque em suas potencialidades para que de fato esse aluno se sinta incluído e se efetive o ensino/aprendizagem. Deve-se estruturar a rotina da criança, mudanças podem influenciar em seu comportamento. A educação de crianças autistas é algo que inclui muitas habilidades sociais, visuais, comportamentais e de rotina. Todas as estratégias são fundamentais para que a criança autista cresça cognitivamente e socialmente, além de elevar o bem estar psicológico da criança e da família.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Autismo. Educação básica.

---

[*] Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 10ª fase – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC.

[**] Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 10ª fase – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC.

[***] Doutorado em Psicologia da Educação – PUC – SP. Docente do Curso de Pedagogia e Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC.

Abstract
This study has as its theme: “The school inclusion of children with autism in Basic Education: Theory and Practice”. The main objective was to analyze how the regular education schools favor the inclusion of children with autism. It is a bibliographical article that initially will address the concept of autism and the differential diagnosis then comes to the Inclusive Education, the National Policy on Special Education from the 90’s, after address the School Inclusion of children with autism. So there is the school inclusion is necessary to involve the school, community and family to meet the needs and ensure access/permanency child with autism. Adaptations in the curriculum are needed to develop their autonomy, overcome their social deficits, so that new knowledge and behaviors are developed in students. Studying autism and the inclusion contributes to increase knowledge in the area, but for that it’s needed training professionals of basic education in a perspective of school inclusion. In this perspective, this theme emphasizes the need for everyone to understand and accept human diversity and so that they can contribute to building a just and egalitarian society. Provide children with autismo living together with others of the same age group allows the stimulus to their interactive capabilities, preventing the continued isolation. The teacher should have a close eye to the needs of each student, focus on their potential so in fact that students feel included and becomes effective teaching/learning. The routine of children should be structured, changes can influence in their behavior. The education of autistic children is something that includes many social, visual, behavioral and routine skills. All strategies are essential for the autistic child grow cognitively and socially, in addition to increasing the psychological welfare of the child and the family.

Keywords: School inclusion. Autism. Basic education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem como tema “A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática”. Um dos interesses pelo tema partiu do acúmulo de experiências na área de Educação Especial e por termos nos identificado com a temática a partir da formação inicial, pois o currículo de Pedagogia contempla as disciplinas de Educação Especial e Inclusão. Além disso o tema autismo/inclusão escolar foi muito debatido durante o curso e isso ampliou nosso conhecimento e nos instigou a pesquisar sobre esta temática. Dessa maneira, acreditamos que estudar o autismo e a inclusão contribui para ampliar o conhecimento na área e com a formação de profissionais da educação básica na perspectiva da inclusão escolar.

Nesta perspectiva, essa temática reafirma a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, esse estudo será relevante para nossa prática pedagógica, pois de nada adianta termos um aluno com necessidades educacionais especiais matriculado na escola

se não houver pessoas comprometidas, pois este será mais um das crianças ‘’incluídas’’. Neste sentido, temos que nos empenhar para garantir o aprendizado a todos.

Diante do exposto, o principal objetivo deste artigo é analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação ao acesso e permanência / presença da criança com autismo na escola regular. Esta pesquisa tem por opção metodológica o estudo bibliográfico e será realizada por meio de levantamento da produção cientifica na área a partir da década de 90.

Na primeira parte deste artigo será abordado o conceito de autismo e o diagnóstico diferencial. A segunda parte trata da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial, a partir da década de 90. A terceira parte aborda mais especificamente a Inclusão Escolar de crianças com autismo.

O estudo do estado da arte foi realizado a partir do banco de dados da CAPES, buscando por produções publicadas entre os anos de 2011 e 2012. Foram utilizados os descritores: autismo, autismo e inclusão. Desta forma foi possível identificar 88 dissertações que tratam do tema autismo de maneira geral e, sobre autismo e inclusão o número foi menor 15 dissertações e teses realizadas.

2 CONCEITO DE AUTISMO – TID[1]

De acordo com Marinho e Merkle (2009) a definição do Autismo teve início na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, no artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (*Autistic disturbances of disturbances of affective contact*), na revista Nervous Children, n. 2, p. 217-250. Marinho e Merkle (2009, p. 6.086) relatam:

> Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

Hans Asperger (1944) ampliou as descrições e características antes realizadas por Kanner (1943), incluindo casos de comprometimento orgânico. Bosa (2002, p. 25) explica que Asperger salientou, porém:

[1] Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

> A questão da dificuldade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto a presença de olhar periférico breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significados e caracterizados por estereotipias – e da fala, a qual podia apresentar-se sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona.

Bosa (2002, p. 25) descreve que Asperger "não salientou tanto o extremo retraimento social, tal qual Kanner fizera, mas a forma ingênua e inapropriada de aproximar-se das pessoas. Notou ainda, a dificuldade dos pais em constatar comprometimentos nos três primeiros anos da vida da criança". Embora a síndrome descrita por Asperger (1944) fosse diferente a de Kanner (1943), havia semelhança em alguns aspectos como, dificuldades no "relacionamento interpessoal e na comunicação".

Finalmente, Kanner e Asperger se utilizaram do termo autismo. Inicialmente Kanner chamou de distúrbio autístico do contato afetivo, e Asperger utilizou o termo, psicopatia autística. Porém mais tarde Kanner substituiu o termo distúrbio autístico para autismo infantil precoce para caracterizar a natureza do comprometimento. Quanto ao termo utilizado por Kanner e Asperger, Bosa (2002, p. 26) esclarece:

> Tanto Kanner quanto Aspeger empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco.

Marinho e Merkle (2009) chamam a atenção de que em 1983, a síndrome de Asperger deixou de ser considerado autismo. Em 1987 a Associação Americana de psiquiatria criou o termo Distúrbio Abrangente do Desenvolvimento, sendo assim, o autismo deixou de ser uma psicose infantil.

Mello (2007, p. 16) descreve o autismo como

> um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Conforme Camargo e Bosa (2009, p. 65), "o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses".

Nesta perspectiva, Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 41) enfatizam que "os transtornos invasivos do desenvolvimento caracterizam-se por prejuízo severo e profundo de

diversas áreas do desenvolvimento". Entre as dificuldades, Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 41) descrevem, "nas habilidades de interação social e comunicação, associadas à presença de comportamento repetitivo e/ou restrito e interesses em atividades estereotipadas, que representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento". Portanto, conforme os autores acima citados, o autismo compromete três áreas importantes no desenvolvimento da criança: a interação social, a comunicação e o comportamento.

Para classificar o autismo são utilizados diferentes sistemas, Segundo Tamanaha, Perissinoto e Brasilia (2008, p. 298), no CID-10[2] os Transtornos Globais do desenvolvimento são classificados como um grupo de alterações qualitativas, na interação social e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito e estereotipado. No DSM-IV[3], tanto do Autismo Infantil, quanto a Síndrome de Asperger, estão classificados como subcategorias dos Transtornos Globais do Desenvolvimento.

O diagnóstico segundo Mello (2007) deve ser realizado por um profissional especializado, podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo.

Quanto à conclusão do diagnóstico Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 41) esclarecem, "Para concluir o diagnóstico de anormalidade em cada uma dessas áreas (interação social, comunicação e comportamentos) *devem* estar presentes aos três anos".

As autoras enfatizam que no diagnóstico diferencial do autismo estão incluídos quatro transtornos classificados como invasivos, que embora se assemelhe, cada um tem sua característica e se destingem entre si, são eles: os transtornos de Rett e Aspeger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação. As principais características dos transtornos acima citados podem ser analisadas no quadro 1, elaborado a partir de Martins, Preusseler e Zavschi (2002).

---

[2] Classificação Internacional de Doenças.
[3] Manual de Diagnósticos e de Estatística de Doenças Mentais da Academia Americana de Psiquiatria.

Transtorno de Rett

- Apenas no sexo feminino
- Desenvolvimento progressivo de múltiplos déficits específicos após um período de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida.
- Perdas das habilidades voluntárias com as mãos (adquiridos durante os cinco primeiros meses de vida), com desenvolvimento de movimentos estereotipadas, semelhante a lavar e torcer as mãos
- Problemas de coordenação na marcha e nos movimentos do tronco.
- Graves prejuízos de desenvolvimento de linguagem expressiva e receptiva.
- Severo retardo psicomotor, microcefalia.
- Está tipicamente associado com retardo mental severo ou profundo.
- Pode ocorrer transtorno convulsivo.

Transtorno de Asperger

- Atinge mais o sexo masculino.
- Não ocorrem atrasos significativos na linguagem, apesar de ocorre prejuízo na interação social e nos padrões de comportamento repetitivo.
- A inteligência global é normal na maior parte dos casos.
- Não ocorrem atrasos significativos nas habilidades de auto-ajuda apropriadas para a idade, no comportamento adaptativo (que não de interação) e na curiosidade acerca do ambiente na infância.
- Identificado mais tarde, no período escolar.

Transtorno desintegrativo da infância

- Ocorre predominantemente no sexo masculino.
- Regressão em múltiplas áreas do funcionamento, após um período de desenvolvimento aparentemente normal (interação social, comunicação e do comportamento).
- Irritabilidade, ansiedade e hiperatividade.
- Perda do controle intestinal ou vesical.
- Está associado com retardo mental severo.
- Sinais neurológicos inespecíficos, incluindo transtorno convulsivo.

Transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação

- Diagnosticado na infância, podendo estar presente desde o nascimento.
- Prejuízo severo e profundo nas áreas da interação social, comunicação, associadas a presença de comportamento repetitivo e/ou restrito e interesses em atividades estereotipadas.

Quadro 1 – Características dos transtornos invasivos.
Fonte: Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 43-46).

Considerando o quadro 1, vale ressaltar que o diagnóstico diferencial dos transtornos invasivos do desenvolvimento se faz necessário, no sentido de encaminhar as crianças para o atendimento educacional especializado, oferecer o apoio às famílias, bem como orientar o professor da educação básica.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Na década de 90 houve grandes transformações na política educacional Brasileira, nessa época começou o movimento da inclusão escolar que resultou em novas perspectivas no campo da educação especial. Garcia e Michels (2011, p. 106) enfatizam que nos anos 90:

> A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Os autores ainda ressaltam que a proposição política naquele momento para todo o campo educacional, tinha como princípios a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade. De acordo com Gomes (2010, p. 31) nessa época, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocasião em que foram estabelecidas prioridades para a Educação nos países de terceiro mundo. Segundo Hypolitto (2002, p. 64), na conferência mundial de educação para todos de Jontiem (1990), foram discutidas as necessidades básicas de aprendizagem. O eixo do debate educacional do Terceiro Mundo deixou de ser a alfabetização para se concentrar na universalização da educação básica. No que se refere à educação especial, destaca que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988), além de prescrever em seus dispositivos que a educação é um direito fundamental.

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca vem para mudar o cenário da educação mundial, sua elaboração ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha. Segundo, Santos e Teles (2012, p. 81), esse documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender todas as pessoas de modo igualitário. Essa declaração ainda enfatiza a real necessidade da inclusão educacional das pessoas que

apresentam quaisquer necessidades educacionais especiais.

Dessa maneira em 1994, a Declaração de Salamanca passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. De acordo com a declaração o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (1994, p. 5). Além disso, a declaração destaca que a escola e o projeto político pedagógico devem adequar-se as necessidades dos alunos.

No Brasil o documento Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (DUTRA *et al.*, 2008, p. 06), ressalta que a partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Além disso, essa política aborda a classificação de alunos e o valor da diversidade esclarecendo que:

> As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (DUTRA *et al.*, 2008, p. 15).

Dessa forma não deve haver distinção de nenhum individuo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível. O acesso à educação por sua vez é garantido por lei, porém é necessário que os responsáveis legais a cumpram, pois todos têm o direito a uma educação inclusiva e um ensino público e gratuito. Este direito está garantido no Art. 208, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que as pessoas com necessidades especiais tenham o direito a educação preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1988). Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

> [...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (DUTRA *et al.*, 2008, p. 16).

Além da escola e comunidade estarem envolvidos para que aconteça a aprendizagem das crianças da melhor forma possível é importante também que a escola disponha de

ambientes e condições adequadas, dessa maneira o documento "Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva", destaca que:

> Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

Além disso, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, enfatiza que:

> A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. (NOTA TÉCNICA N° 24 /2013 /MEC /SECADI /DPEE)

Nesse sentido, de acordo com Cassales, Lovato e Siqueira (2011, p. 31), é de extrema importância que os professores tenham a sua disposição, instrumentos para atender as necessidades apresentadas pelos alunos. Além disso, é importante que professores tenham formação e preparação adequada para lidar com os diferentes tipos de alunos e com quaisquer necessidades que estes venham a ter, pois:

> As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

As escolas brasileiras também vêm sofrendo, grandes dificuldades como a falta de recursos e despreparo dos professores, o que pode afetar a permanência das crianças com deficiência na educação. Porém, segundo Brasil (2012, p. 10), nem sempre a falta de recursos de acessibilidade está relacionada à questão financeira, pois o professor pode utilizar recursos simples e conseguir garantir o acesso de seu aluno na aprendizagem. De acordo com Gomes (2010, p. 36) quando os professores destacam suas dificuldades e necessidades em relação ao ambiente que atuam podem também estar chamando a atenção para a sua condição de isolamento profissional. A democratização da gestão e a educação inclusiva se relacionam

diretamente, e uma escola inclusiva deve ser, antes de tudo, uma escola democrática.

Outro fator importante observado é o crescimento das matrículas no ensino regular. Os dados do censo escolar indicam que, em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns (PORTAL BRASIL, 2015).

Entretanto, o número de alunos com deficiência que frequentam as escolas no ensino regular sobe, mas o fato de ter muitos alunos especiais no ensino regular não significa que a inclusão está acontecendo em todas as escolas e que o aprendizado está sendo adquirido por todos os alunos.

De acordo com Brasil (2010), a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Dessa forma, quando crianças com algum tipo de deficiência chegam às instituições de ensino devem encontrar materiais adaptados se preciso, professores auxiliares, oportunidade de participação para que seu potencial seja desenvolvido, condições adequadas de estudos e que este seja recebido como qualquer outra pessoa. De acordo com Brasil (2010, p. 12):

> Em 1999 o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853-89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Essas crianças também têm o direito de participarem do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que de acordo com Anjos (2011, p. 5), os professores devem atuar de maneira colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso a criança com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno.

De acordo com Dutra *et al.* (2008, p. 6), a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. O documento ainda destaca como é o funcionamento da sala de recursos, enfatizando que:

> Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional

> especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2010, p. 22).

De acordo com o Decreto 6.253 de 2007, o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. Além disso, o decreto ainda destaca no art. 3º que os objetivos do atendimento educacional especializado são:

> I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
> II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
> III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
> IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2007).

Dessa maneira o atendimento educacional especializado tem como função:

> Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especificas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010, p. 21).

Quando a inclusão realmente acontece vemos que as pessoas não ficam mais isoladas, pois estas acabam convivendo com outras pessoas da mesma faixa etária e tendo as mesmas oportunidades, pois são instigadas a colocar em prática suas capacidades.

Nesse sentido, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem como meta para educação inclusiva:

> Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014a).

O Plano Nacional de Educação de 2014, também destaca o estímulo à formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

Na perspectiva inclusiva de acordo com o documento Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b, p. 24), a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação. Para que o acesso e a permanência desses alunos sejam concretizados, de acordo com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é preciso:

> Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilidade de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014a).

O esforço para que haja o verdadeiro acesso a educação para todos os alunos que são atendidos pela educação especial nas redes públicas é grande. No documento Planejando a próxima década, conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b, p. 24), os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013 indicam que do total de matrículas daquele ano 78,8%, eram das classes comuns, enquanto, em 2007, esse percentual era de 62,7%. Vemos que os sistemas de ensino estão valorizando as diferenças e trabalhando juntos para que haja a inclusão. Entretanto, deve-se continuar garantindo essa inclusão em todos os níveis de educação.

4 A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO

A chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações. Para as autoras, Brande e Zanfelice (2012, p. 44), receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Entretanto, isso não é tarefa fácil, pois segundo Scardua (2008, p. 2), para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar

direta ou indiretamente.

De acordo com Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa. Além disso, “para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros” (MENDES, 2002 apud BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44).

Segundo Libâneo (2012, p. 489), o currículo é a concretização, a viabilização das intenções expressas no projeto pedagógico, e há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendida, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura.

Entretanto, quando se pensar em currículo, o foco deve sempre partir da realidade de cada criança, seja ela com TID (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento) ou não, pois:

> Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Dessa forma, quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas. Um exemplo de currículo importante para o estímulo da autonomia da criança é o Currículo Funcional Natural, que tem por objetivo central segundo, LeBlanc citado por Suplino (2005, p. 33), “tornar o aluno mais independente, produtivo e também mais aceito socialmente”. Entretanto, é preciso determinar o que é funcional, e isso depende de diversos fatores, pois:

> Aquela habilidade que pode ser considerada funcional numa determinada comunidade, poderá não ser em outra. Portanto, ao eleger-se os objetivos funcionais para ensinar, é necessário ter em mente aquilo que a pessoa portadora de deficiência necessita aprender para ser exitosa e aceitável em seu meio, como qualquer outra dessa mesma comunidade (SUPLINO, 2005, p. 34).

Partindo do pressuposto de que é necessário saber o que cada criança necessita aprender, é importante também a constante análise e avaliação do currículo proposto durante

o processo de ensino-aprendizagem. A partir disso, o educador poderá avaliar o educando em seus avanços e entraves.

No entanto, para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação. Santos (2008, p. 9) cita que no currículo dos cursos superiores, as informações sobre autismo são pobres e obsoletas, além disso, a bibliografia é escassa e a maioria dos textos é importada e traduzida, assim como as experiências nesta área.

A inclusão das crianças com autismo na escola regular, precisa de atenção de todos os envolvidos como citado anteriormente, dessa maneira:

> Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

O professor por sua vez, deve ter consciência que para a concretização da aprendizagem significativa por parte da criança autista é importante a mudança de suas crenças e atitudes, pois toda criança é capaz de aprender basta um olhar reflexivo para quais habilidades esta possui, assim é possível focar em suas aptidões.

Além disso, é importante que a criança autista interaja com outras crianças, pois, de acordo com Camargo e Bosa (2009, p. 67), "para ultrapassar os déficits sociais dessas crianças, é preciso possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos". As autoras ainda enfatizam que proporcionar às crianças com autismo de conviver com outras da mesma faixa etária, possibilita o estímulo a suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Além disso, o convívio de uma criança autista no ensino regular irá favorecer o seu desenvolvimento e de seus pares. Porém, as autoras alertam que:

> Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 70).

Outro fator que deve ser trabalhado com crianças autistas é a rotina. Gikovate (2009, p. 15) destaca que a quebra de uma rotina pode desencadear um comportamento agitado no qual a criança se recusa a ir em frente enquanto não se retorne ao padrão anterior. Além disso, a rotina para estas crianças é fundamental para que consigam se organizar no espaço e tempo e assim consigam aprender.

Lopes e Pavelacki (2005, p. 3) ressaltam que além das técnicas que deve-se utilizar em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança.

Gikovate (2009, p. 15), ressalta que para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula. Dessa forma é importante que o autista se sinta próximo ao professor, que o professor peça para a turma cuidados com barulhos ou sons específicos, muitas vezes irritantes para o autista e que a criança tenha acesso a dicas do que acontecerá no dia-a-dia através de informação visual.

Partindo do pressuposto que a memória do autista seja voltada para o visual, é necessário que:

> [...] o educador em suas técnicas, valorize este lado, fazendo com que o aluno observe cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas... Por outro lado a sala de aula deve ter pouca estimulação visual para que a criança não desvie sua atenção da atividade em andamento. O ambiente educacional deve ser calmo e agradável, para que os movimentos estereotipados dos alunos não alterem (LOPES; PAVELACKI, 2005, p. 7).

Para manter a atenção dos alunos durante as aulas é necessário que o professor utilize métodos educacionais que tenham por objetivo fazer com que a criança autista seja de fato incluída e seu processo de ensino aprendizagem efetivado, portanto, muitos estudos são realizados sobre diferentes métodos.

Segundo, Bosa (2006, p. 48) o método *Picture Exchange Communication System* (PECS) é um exemplo de como uma criança pode exercer um papel ativo utilizando velcro ou adesivos para indiciar o início, alterações ou final das atividades. Esse método facilita a comunicação e a compreensão quando atividades e símbolos são associados. Isso porque o método PECS trabalha através de cartões e figuras em que a criança consegue se expressar, pois associa a imagem com o que ela deseja.

Outro método muito utilizado que tem como base a informação visual, é o método *Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*

(TEACCH), de acordo com Bosa (2006, p. 49) é um programa altamente estruturado que combina diferentes materiais visuais para aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e reduzir comportamentos inapropriados. Diante disso, esse método busca a independência da criança autista, realizando um trabalho através de estímulos visuais e corporais, pois através das imagens as crianças serão estimuladas a fazer movimentos corporais como, apontar, buscar, e isso faz com que a criança movimente-se.

Além dos métodos citados anteriormente, há também o método Son-Rise que busca fazer com que todos os envolvidos com a criança autista sejam capazes de juntos construírem novas maneiras de comunicação e interação, através de atividades lúdicas que forneçam o aprendizado, a autonomia e a inclusão. Esse é um dos métodos mais utilizados no Brasil:

> Devido melhora significativa durante o tratamento da criança no espectro autista, pois "oferece uma abordagem educacional prática e abrangente para inspirar as crianças, adolescentes e adultos com autismo a participarem ativamente em interações divertidas, espontâneas e dinâmicas com os pais, outros adultos e crianças" (TOLEZANI, 2010, p. 8).

Esse método destaca que a aceitação do autista em relação ao potencial de desenvolvimento desta pessoa, são princípios básicos para o tratamento (TOLEZANI, 2010). Partindo do pressuposto que muitos métodos são propostos para que ocorra uma aprendizagem significativa das crianças autistas, é importante ressaltar que os envolvidos na educação desses alunos devam conhecer as reais necessidades dessa criança, dessa forma saberão quais métodos adequados devem utilizar para que de fato haja uma construção do conhecimento e uma verdadeira inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas em relação ao nosso tema "A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática" foram superadas. A partir dos estudos realizados, percebemos que para haver o acesso a uma educação para "todos", é necessário um comprometimento por parte dos alunos, professores, pais, comunidade, ou seja, todos que participem da vida escolar da criança com autismo.

Além do envolvimento da escola e comunidade é necessário que a escola possua as condições necessárias e adequadas a sua disposição para atender as necessidades e garantir o acesso e permanência desses alunos. É preciso que o professor tenha um olhar atento às necessidades de cada aluno, foque em suas potencialidades e não em suas dificuldades, para

que de fato esse aluno se sinta incluído e assim se efetive o ensino-aprendizagem.

Outro fator importante para a educação do autista é o currículo. Este deve levar a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, que atue no desenvolvimento da autonomia da criança autista. Pois, quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará verdadeiramente inclusiva.

É preciso que o professor olhe para a criança seja ela com autismo ou outra deficiência e a veja como um sujeito capaz de aprender. Todos aprendem, basta que se tenha um olhar reflexivo e consciência daquilo que se quer ensinar. Mas para isso o professor precisa de uma formação voltada para a forma como cada indivíduo com autismo aprende além de se fazer as seguintes perguntas: como o autista se relaciona com a outra pessoa? Será que ela está se sentindo bem na interação com seus colegas e professores? Como estamos nos relacionando com a criança autista? Paramos para ouvir o que elas têm a dizer?

Percebemos, que mesmo os cursos de formação ofereçam disciplinas de Educação Especial, isso não impede que muitos professores se sintam desconfortáveis ao receberem aluno especial na escola, isso porque a formação inicial é o primeiro passo. O professor precisa conhecer e ter a mínima noção a respeito das diferenças, e assumir seu papel de mediador do conhecimento de todos os educandos, com vistas a contribuir com uma escola inclusiva e com uma sociedade mais inclusiva.

Existem inúmeras formas de se trabalhar com as crianças autistas e com isso alguns métodos são utilizados para uma melhor inclusão desses alunos, mas não existe uma receita pronta, é preciso investir no acolhimento e na mediação da aprendizagem.

Outro fator de muita importância na educação das crianças autistas é a rotina, percebemos o quão fundamental é que a rotina seja estabelecida, pois a partir disso a criança autista conseguirá se situar no espaço e no tempo. No entanto, a rotina precisa ser estruturada, pois qualquer mudança que ocorra poderá influenciar no comportamento do aluno.

Este estudo poderá esclarecer a importância da estimulação da criança autista, aos profissionais que com eles atuam esperamos que percebam como o autista é capaz de aprender. Desafios? Sim, há muitos, mas que podem ser superados e gerar ótimos resultados, quando trabalhados de maneira correta. Para isso é importante que haja a interação entre família e escola, para que ambos saibam como está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem e assim entender as diversas peculiaridades da criança autista, além de melhor incluir. Percebemos também que a educação de crianças autistas é algo que inclui muitas

habilidades sociais, visuais, comportamentais e de rotina. Todas as estratégias são fundamentais para que a criança autista cresça cognitivamente e socialmente, além de elevar o bem estar psicológico da criança e da família.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. O Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos. **Revista Fórum Identidades**, ano 5, v. 9, p. 3-11, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9/FORUM_V9_01.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação:** atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

_____. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Rev Bras Psiquiatr.**, v. 28, supl. I, p. 47-53, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/3350/3099>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. **Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial:** a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses.** Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/#120>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo:** proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_11_2014_00_14_48_idinscrito_1032_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CASSALES, Lisiane Weigert; LOVATO, Miriane Alves; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva dos professores.** In: IV Jornada de Pesquisa em Psicologia, Santa Cruz do Sul, 2011. p. 31-39. Disponível em: <http://www.unisc.br/anais/jornada_pesquisa_psicologia/2011/arquivos/A03.pdf>. Acesso em: 04 set. 2014.

CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20834/000718941.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

DUTRA, Claudia Pereira *et al.* **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/09.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo:** compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009. 35 p. Disponível em: <http://www.carlagikovate.com.br/aulas/autismo%20compreendendo%20para%20melhor%20incluir.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

GOMES, Souza. **O lugar do sujeito na inclusão escolar:** percalços e fracassos nas relações de subjetivação. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-03-24T061911Z-1590/Publico/Claudia%20Gomes.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

HYPOLITTO, Dinéia. A equidade da educação básica: um desafio na prática. **Integração**, ano VIII, n. 28, p. 64-66, fev. 2002. Disponível em: <http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/64_28.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação de autistas.** 2005. 11 p. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2005/artigos/pedagogia/20.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

MARINHO, Eliane A. R.; MERKLE, Vânia L. B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação.** In: IX Congresso de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR, out. 2009. p. 6.084-6.096. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1913_1023.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MARTINS, Ana Soledade Graraeff; PREUSSELER, Cintia Medeiros; ZAVSCHI, Maria Lucrécia Scherre. A psiquiatria da infância e da adolescência e o autismo. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação:** atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 41-49.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo:** guia prático. Colaboração: Marialice de Castro Vatavuk. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Nota Técnica N° 24/2013/MEC/SECADI/DPEE Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13287%26Itemid%3D&ei=pp2VVdTICZP5ggS3jaWgAg&usg=AFQjCNGeN9NxQrKg4okxyR9Gdy7c9pOj0w Acessado em 20 ago.2014

PORTAL BRASIL. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrículas de alunos com deficiência.** 2 abr. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/

dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>. Acesso em: 15 maio 2015.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva.** In: 3º Simpósio Educação e Comunicação, set. 2012. p. 77-87. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo:** desafios na alfabetização e no convívio escolar. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Distúrbios de Aprendizagem) – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SCARDUA, Valéria Mota. A inclusão escolar e o ensino regular. **Revista FACEVV**, n. 1, p. 85-90, 2008. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>. Acessado em: 25 set. 2014.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão:** da teoria à prática. In: V ECPP, Maringá, out. 2009. Disponível em: <http://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural:** guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aia.org.pt%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1330%26Itemid%3D192&ei=nMYeVcCSMYOfsAXprYCYDw&usg=AFQjCNEudmM3owt-k1m1Uvx12SirvXN0KQ&sig2=XIL1qenyE1Pm2Xm3LZHEIg>. Acesso em: 03 abr. 2015.

_____. **Inclusão escolar de alunos com autismo.** 2009. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=inclus%C3%A3o+escolar+de+alunos+com+autismo+-+Suplino&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1>. Acesso em: 22 ago. 2014.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; BRASILIA, Maria Chiari. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger. **Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.**, São Paulo, v. 13 n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342008000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago. 2014.

TOLEZANI, Mariana. Son-rise uma abordagem inovadora. **Revista Autismo: informação gerando ação**, São Paulo, ano 1, n. 0, p. 8-10, set. 2010.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão.** In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

ANEXO A – Estado da arte com base nos dados da CAPES

AUTISMO E INCLUSÃO			
TÍTULO	**AUTOR**	**ANO**	**DETALHES**
A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM AUTISMO	SILVA, Elida Cristina Santos da	2011	Objetivo analisar a prática pedagógica desenvolvida pelo professor da escola regular no processo de inclusão educacional do aluno com autismo.
A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOCENTE	FERNANDES, Ana Costa	2011	O objeto desse estudo consiste em investigar como acontecem as práticas pedagógicas de uma professora em sala de aula da Educação Infantil, identificando as suas dificuldades e potencialidades diante de um ambiente de educação inclusiva.
AUTISMO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO LONGITUDINAL SOBRE A COMPETÊNCIA SOCIAL DA CRIANÇA E O PAPEL DA EDUCADORA	SANINI, Claudia	2011	O objetivo desse estudo foi investigar as mudanças no perfil de competência social de uma criança com autismo na educação infantil, ao longo de um ano letivo, em dois contextos: pátio e sala de aula.

A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	BINATTI, Fernanda de Araujo	2011	Objetivo é analisar o papel da mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo, compreendendo a mediação como processo de significação e constituição dessa criança na educação infantil, favorecendo a apropriação de práticas culturais historicamente delimitadas nesse espaço, no desenvolvimento da consciência de si e do outro.
UMA REFLEXÃO ACERCA DA INCLUSÃO DE ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	PRACA, Elida Tamara Prata de Oliveira	2011	Objetivo analisar a inclusão de um aluno autista matriculado em uma sala regular de 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública, municipal, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.
CRIANÇAS COM AUTISMO: INCLUSÃO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	SILVEIRA, Andrea Rosa da	2012	Objetivo analisar as práticas educativas de inclusão dos professores e outros profissionais de educação em relação às crianças com autismo.
AMIZADE E INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR PIAGETIANO	RICARDO, Lorena Santos	2011	Segundo Piaget, as crianças podem socializar seus pensamentos quando têm amigos. Com o advento da inclusão escolar, novas experiências têm sido vivenciadas em sala de aula. Objetivou investigar se há diferença no conceito de amizade, no respeito às diferenças e nos relacionamentos de amizade no contexto escolar.
O PROCESSO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNO COM AUTISMO	JESUINO, Mirtes dos Santos	2012	A temática inclusão escolar da criança com autismo é bastante diversa. A complexidade do assunto e a falta de modelos de práticas inclusivas envolvendo estes alunos nos conduziram à pesquisa. O presente estudo objetiva compreender como está se configurando a prática da mediação pedagógica no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais ao aluno com autismo, com embasamento na relação aluno/professor/aprendizagem.
A PERCEPÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO (AUTISMO) SOBRE SEU PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CORREIA, Helen Cristina	2012	Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão de uma criança com laudo médico de autismo na educação infantil, visando a repensá-lo, tendo por base a visão de mundo infantil. Esse objetivo desdobra-se em: conhecer a infância da criança com autismo, considerando os diferentes modos de ser e estar na infância; analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na

			educação infantil em relação à criança com autismo; discutir aspectos referentes às implicações do processo de inclusão à constituição da subjetividade da criança com autismo, relacionando-os com a ideia de que eles nos possibilitam reconhecê-la como ser histórico, social e cultural.
ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA FAVORECER A INCLUSÃO ESCOLAR	RABELO, Lucelia Cardoso Cavalcante	2012	O estudo aborda a temática do Ensino Colaborativo, que é compreendido como uma parceria entre professores do ensino comum e professores da área de Educação Especial que compartilham responsabilidades, assim como todo processo de planejamento, instruções e avaliações dos procedimentos de ensino no trabalho de escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais/NEEs.
INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO SOBRE CONCEPÇÕES E INTERAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR	LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias	2012	O presente estudo tem como objetivo analisar as interações sociais entre as crianças com espectro autista e as demais crianças, nos contextos de escolas regulares da cidade de João Pessoa – PB, considerando a mediação das professoras, suas concepções e as dos pais acerca da criança e do seu processo de inclusão escolar.
ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO: DA CATEGORIA PSIQUIÁTRICA À PARTICULIARIDADE DE CADA CASO NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO ESCOLAR	RAMOS, Fernanda do Valle Correa	2012	Objetivo analisar, por meio de estudos de casos, os processos de inclusão dos alunos identificados à escola regular através da categoria psiquiátrica de transtornos globais do desenvolvimento, bem como repertoriar as dificuldades dos professores na execução de tais processos; delimitar conceitualmente a definição de transtorno global do desenvolvimento, tendo em vista sua inclusão na escola regular e produzir material sobre transtorno global do desenvolvimento visando favorecer o trabalho das equipes de inclusão e dos demais educadores nas escolas regulares.

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES NA ÁREA DE INCLUSÃO E AUTISMO NA ESCOLA COMUM	OTERO, Natacya Munarini	2012	Este trabalho teve por objetivo avaliar um programa de formação em serviço para professoras das séries iniciais, visando o desenvolvimento de habilidades básicas para o atendimento de crianças com transtorno global do desenvolvimento.
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE?	MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de	2012	Neste contexto, esta dissertação buscou compreender em que medida, a mobilidade dada pelas redes telemáticas sem fio podem ser utilizadas dentro de um contexto educativo, entendendo que esse contexto se dá dentro fora da universidade, nos diversos espaços tempos da cidade.
INTERAÇÕES COMUNICATIVAS ENTRE UMA PROFESSORA E UM ALUNO COM TRANSTORNO INVASIVO DO DESENVOLVIMENTO NA ESCOLA REGULAR	GOMES, Rosana Carvalho	2011	A direção tomada por este estudo foi avaliar os efeitos de um programa de intervenção nas interações comunicativas entre um aluno com autismo e sua professora, no contexto da sala de aula regular.
AUTISMO			
TÍTULO	**AUTOR**	**ANO**	**DETALHES**
O PAPEL DA MEDIAÇÃO DA EDUCADORA NO DESENVOLVIMENTO DA BRINCADEIRA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO LONGITUDINAL	SANTOS, Maucha Sifuentes dos	2011	O presente trabalho apresenta três estudos. O primeiro teve o objetivo de revisar criticamente a literatura sobre a brincadeira no campo do autismo e discutir seus resultados à luz da teoria histórico-cultural. Identificou-se uma escassez de estudos sobre a brincadeira de crianças com autismo em contexto brasileiro. Internacionalmente, o enfoque é dado, predominantemente, ao comprometimento da brincadeira simbólica, falhando em uma compreensão mais minuciosa do brincar que a criança é capaz de mostrar. Com isso, propôs-se um segundo estudo teórico que buscou discutir a função do educador no contexto de inclusão de crianças com autismo, a partir do conceito da mediação. Avaliou-se que se faz necessária a realização de estudos que investiguem quais estratégias de mediação junto a crianças com autismo são mais eficazes no contexto

			de inclusão. Por isso, o terceiro estudo teve como objetivo investigar a influência da mediação do educador na complexidade da brincadeira apresentada por crianças com autismo em contexto de inclusão na Educação Infantil.
PERDA AMBÍGUA EM CUIDADORAS DE CRIANÇAS COM AUTISMO: ELA EXISTE?	OLIVEIRA, Cristiane Camargo de	2011	O presente trabalho visou: 1. Identificar e descrever as possíveis expressões de sentimentos decorrentes da perda ambígua em cuidadoras de crianças com autismo; 2. Verificar quais estratégias de *coping* são mais comuns nestas cuidadoras e 3. Relacionar possíveis expressões de identidade ambígua a medidas de estresse e depressão nas cuidadoras, bem como ao grau de severidade do autismo.
APRENDIZAGEM RELACIONAL, COMPORTAMENTO SIMBÓLICO E ENSINO DE LEITURA A PESSOAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO	GOMES, Camila Graciella Santos	2011	O objetivo geral dessa tese foi investigar variáveis relevantes para a aprendizagem relacional e para a emergência de comportamento simbólico em pessoas com autismo, no âmbito do ensino de leitura.
O TRATAMENTO DO GOZO NO AUTISMO: CLÍNICA PSICANALÍTICA E OBJETOS AUTÍSTICOS	MONTEIRO, Katia Alvares de Carvalho	2011	Investigamos nesta dissertação o estatuto do objeto na clínica do autismo. Retiramos balizas da obra de Freud e dos ensinamentos de Lacan, em uma articulação com o campo da clínica. Partimos da premissa de que o uso dos objetos pelo autista não é aleatório ou sem propósito. Sustentamos que há um trabalho realizado por ele quanto ao tratamento dado aos objetos. O objeto torna-se um instrumento privilegiado nas invenções inéditas deste trabalho. O autista inventa com seus objetos.
O AUTISMO E A PULSÃO INVOCANTE	ARAGAO, Lilian Oliveira e Cruz de	2011	Esta dissertação é fruto de uma pesquisa sobre o autismo e procura discutir sua relação com a pulsão invocante, que tem a voz como objeto causa de desejo do Outro. O tema implica no processo dialético de constituição do sujeito, do funcionamento psíquico em seus primórdios, utilizando como referencial teórico a psicanálise.
PREMATURIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO DO	ALBUQUERQUE, NATALIA GONCALVES.	2011	Este estudo teve como objetivo descrever as características de uma amostra de prematuros com idade

AUTISMO.			gestacional < 34 semanas, rastrear sintomas de TEA em uma amostra de prematuros e correlacionar com as condições de nascimento, complicações obstétricas e neonatais.
SUA MAJESTADE O AUTISTA: FASCÍNIO, INTOLERÂNCIA E EXCLUSÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	FURTADO, Luis Achilles Rodrigues	2011	Esta pesquisa buscou investigar o sentido deste fascínio nas suas determinações fantásticas e ideológicas. Para tanto, abordamos a história das polêmicas em torno deste conceito, as imprecisões teórico-clínicas desde sua concepção e suas consequências para a educação inclusiva. Realizamos uma leitura crítica de alguns autores inspirados pelo ensino de Jacques Lacan, ao mesmo tempo em que elaboramos uma revisão à sua opinião literal, bem como a de Sigmund Freud.
O EFEITO DAS FALAS PATOLÓGICAS: QUESTÕES RELATIVAS À AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM NOS CASOS DE AUTISMO E PSICOSE INFANTIL	BARBOSA, Caroline Lopes	2011	Estudos sobre a fala de pacientes com quadros de autismo e psicose infantil atendidos na clínica fonoaudiológica são ainda incipientes, isto é, poucos são os trabalhos que focalizam a fala dessas crianças. Neste trabalho considero necessário compreender o modo de funcionamento da linguagem desses pacientes, para encaminhar questões clínicas, como a avaliação de linguagem e terapêutica no atendimento desses casos, que fez que o fonoaudiólogo se aproximar de áreas como a Psicanálise, a Medicina, e incluir, também, a Linguística, uma vez que as descrições desses quadros apontam para “perturbações de linguagem”, como manifestação relevante para o diagnóstico.
DA LINGUAGEM E SUA RELAÇÃO COM O AUTISMO: UM ESTUDO LINGUÍSTICO SAUSSUREANO E BENVENISTIANO SOBRE A POSIÇÃO DO AUTISTA NA LINGUAGEM	BARROS, Isabela Barbosa do Rego	2011	A linguagem é tema central nos estudos sobre o autismo por implicar em um dos pilares para o diagnóstico clínico desse transtorno do comportamento. Entretanto, antes de ser apenas um instrumento diagnóstico, é reduto de constituição e meio de enunciação do sujeito autista. Entender a relação entre este e a linguagem, a partir do reconhecimento do lugar que ocupa perante a língua, a fala e a linguagem, configurou o objetivo desta tese, construída no campo da teoria linguística baseada em concepções de Ferdinand de Saussure e nas concepções enunciativas de Émile

			Benveniste.
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA PARA DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE DE PESSOAS COM AUTISMO: SISTEMA SCALA 1.0	AVILA, Barbara Gorziza	2011	O presente trabalho contemplou a construção de um sistema de CAA em alta tecnologia com foco em crianças com autismo, mas visando ser utilizado também por crianças com outros distúrbios na oralidade e para o letramento de um modo geral.
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE UM JOGO DE COMPUTADOR PARA ENSINO DE VOCABULÁRIO PARA CRIANÇAS COM AUTISMO	CUNHA, Rafael Moreira	2011	Este trabalho tem por objetivo analisar o impacto de um programa de computador desenvolvido exclusivamente para ajudar crianças com autismo na aquisição de vocabulário. Os resultados obtidos demonstram que as crianças foram capazes de aprender novas palavras, retendo e generalizando o conhecimento.
CARACTERIZAÇÃO DO VOCABULÁRIO EXPRESSIVO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	GOLENDZINER, Selma	2011	A literatura sobre Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) menciona as alterações de linguagem como uma das características mais importantes do transtorno. O vocabulário expressivo é um aspecto importante da linguagem verbal e um tema ainda pouco explorado no TEA.
O(S) OBSCURO(S) DIZER(ES) DE MÃES SOBRE O AUTISMO DE SEUS FILHOS	TELLES, Cynara Maria Andrade	2011	O objetivo do trabalho foi explorar, pela escuta dessas mães, questões que envolvem o sujeito em suas posições discursivas, a partir de um determinado contexto sócio histórico e mergulhado no universo da linguagem, tomando o sujeito proposto pela Análise do Discurso, como conceito principal desse trabalho.
ENTRE A CASCA E O NÚCLEO: A IMPORTÂNCIA DE UM OUTRO NARRADOR PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO FALANTE	FONSECA, Pedro Gabriel Bezerra da	2011	Na presente pesquisa, ciosos dessa importância, tratamos sobre quadros de atraso no aparecimento da fala, onde o autismo é a sua expressão mais extrema, com o objetivo de analisar o discurso de mães de crianças com suspeita de autismo que chegam em uma instituição clínica, identificando a presença ou ausência de determinadas condutas narrativas maternas e se elas podem interferir no fornecimento de elementos necessários para a ocorrência da fala em crianças.

DINÂMICAS DIALÓGICAS SINGULARES: A MULTIMODALIDADE NA CRIANÇA COM AUTISMO	LOPES, Juliana Costa Maia	2011	Dinâmicas dialógicas singulares: a multimodalidade na criança com autismo.
O DESENVOLVIMENTO AFETIVO DE BEBÊS COM RISCO DE AUTISMO	BRAIDO, Mariana Luisa Garcia	2011	O estudo teve os objetivos de acompanhar o desenvolvimento de bebês com alto e baixo risco de autismo e identificar sinais de risco do transtorno no primeiro ano de vida. Interações sociais bebê-adulto foram filmadas e analisadas de acordo com categorias afetivas e interativas.
A FAMÍLIA DE PESSOA COM AUTISMO E O CUIDADO NA PERSPECTIVA DO ACONSELHAMENTO PASTORAL	MARTINS, Marcelo	2012	Esta dissertação tem como objeto de pesquisa a família de pessoa com autismo e, como o Aconselhamento Pastoral pode contribuir como apoio em uma situação assim, ou semelhante. Procura-se com este trabalho ter uma compreensão melhor da questão do autismo, através do relato de um caso, e pretende-se perceber os caminhos que o Aconselhamento Pastoral tem apontado para contribuir em casos como este.
RELAÇÃO ENTRE HÁBITO ALIMENTAR E SÍNDROME DO ASPECTRO AUTISTA	SILVA, Nadia Isaac da	2011	Os objetivos desse estudo foram: avaliar a variedade e a frequência de alimentos consumidos por autistas, bem como a adequação desse consumo; avaliar as alterações do metabolismo da creatina; desenvolver testes preliminares para determinar as condições mais adequadas para a identificação e possível quantificação dos peptídeos opioides derivados do glúten e da caseína por HPLC.
CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA ACERCA DO AUTISMO EM UMA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL	MULLER, Christian	2012	O objetivo deste trabalho foi avaliar o conhecimento dos estudantes de Medicina acerca do Autismo.
LIPOPOLISSACARÍDEO NO INÍCIO DO PERÍODO PRÉ-NATAL COMO MODELO EXPERIMENTAL DE AUTISMO E PREJUÍZOS DOPAMINÉRGICOS ESTRIATAIS	KIRSTEN, Thiago Berti	2012	Foi objetivo do presente trabalho estudar se nosso modelo de LPS pré-natal (100 ?g/kg, i.p., no GD 9,5) causaria os outros sintomas típicos de autistas: anormalidades na comunicação (avaliado pelo teste da vocalização ultrassônica), comportamentos repetitivos e

			inflexibilidade cognitiva (teste de alternação espontânea no labirinto em T), ausência de demonstração de medo em situações potencialmente perigosas (estímulo olfativo aversivo do odor de gato) e hiperatividade (atividade geral em campo aberto).
SUJEITOS COM AUTISMO EM RELAÇÕES: EDUCAÇÃO E MODOS DE INTERAÇÃO	MAROCCO, Vanessa	2012	Este estudo teve como objetivo compreender os modos de interação de sujeitos com autismo, a partir de uma perspectiva autopoiética. A partir desta perspectiva, de autoproduzir-se, pensou-se mostrar as relações que constituíram os processos de escolarização dos sujeitos envolvidos.
ALTERAÇÃO DE EXPRESSÃO DE MICRORNA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO	SALVADOR, Sócrates	2012	O transtorno do espectro autista é uma das patologias neurocomportamentais mais frequentes na infância. Sua fisiopatologia ainda não está bem estabelecida, o que dificulta muitas vezes o diagnóstico precoce, atrasando o início do tratamento.
UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS PRÁTICAS PSICANALÍTICAS INSTITUCIONAIS COM CRIANÇAS AUTISTAS NO BRASIL	MARFINATI, Anahi Canguçu	2012	A presente pesquisa buscou compreender, valendo-se de um vértice histórico, o surgimento e o desenvolvimento das práticas institucionais psicanalíticas ligadas ao atendimento de crianças autistas, no Brasil, no período de 1990 a 2010.
AVALIAÇÃO DE HABILIDADES MATEMÁTICAS DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO	FONTELES, Daniel Sá Roriz	2012	A presente pesquisa buscou conhecer melhor as habilidades matemáticas de indivíduos com TEA, tendo em vista tratar-se de uma área ainda pouco explorada, sobretudo no Brasil. Para isso investigou-se as habilidades matemáticas de 20 pessoas com TEA, com idades entre 7 e 23 anos.
ENTRELINHAS E LETRAS DE RAFAEL: ESTUDO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM AUTISMO NO ENSINO COMUM	SANTOS, Emilene Coco dos	2012	Este estudo teve como objetivo analisar como ocorre o desenvolvimento da leitura e da escrita da criança com autismo no ensino comum.
CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS HABILIDADES SOCIAIS E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO	ATNTOS, Larissa Helena Zani dos	2012	O objetivo desse trabalho foi de caracterizar o repertório de Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de crianças com autismo grave, por meio de uma avaliação multimodal, e realizar análise funcional dos déficits em habilidades sociais e problemas de comportamento das mesmas.

A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA FAVORECENDO A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM AUTISMO, ASPERGER E ANGELMAN: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.	NETTO, Marcia Mirian Ferreira Correa	2012	A formação continuada de profissionais de Educação e Saúde se constitui como objeto desta dissertação. Na presente pesquisa pretendi planejar, implementar e avaliar os efeitos de um programa de formação continuada de profissionais de Educação e Saúde, oferecendo instruções e orientações de uso dos recursos da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), para favorecer a comunicação e aprendizagem de crianças com autismo, Asperger e Angelman.
A NOÇÃO DE OUTRO SUFICIENTEMENTE SIMILAR NO ENCONTRO INTERSUBJETIVO: IMPLICAÇÕES NO TRATAMENTO DO AUTISMO	SOARES, Julia	2012	O autismo questiona as diversas formulações teóricas que se esforçam em compreender os processos implicados no desenvolvimento psíquico. O que propõe o método francês dos 3i como tratamento do autismo permite avançar as questões que o autismo coloca especialmente à teoria psicanalítica, com a qual uma articulação pode ser elaborada. Sendo a interação o objetivo das sessões 3i, algumas orientações são dadas aos adultos que intervém no sentido de criar momentos de encontro, dentre elas a de imitar a criança e a de não dizer não nas sessões. Propomos investigar os fundamentos dessas premissas a partir de uma articulação com o que se passa no primeiro tempo da constituição psíquica. Ao retrabalhar os primeiros encontros intersubjetivos, observamos que a imitação e a sintonia que lhes são característicos indicam que esses encontros são marcados mais pela semelhança e menos pela diferença.
O PROCESSAÇÃO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNO COM AUTISMO	JESUINO, Mirtes dos Santos	2012	O presente estudo objetiva compreender como está se configurando a prática da mediação pedagógica no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais ao aluno com autismo, com embasamento na relação aluno/professor/aprendizagem.
A ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ESCOLHA PARA CRIANÇAS AUTISTAS E	GOES, Ricardo Schers de	2012	Esta dissertação de mestrado teve o objetivo de investigar os motivos que levaram os pais de crianças com autismo e deficiência intelectual

COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ASSOCIADA DE 0 A 5 ANOS			associada a matricularem seus filhos na educação infantil em escolas de educação especial.
ADAPTAÇÃO DA VERSÃO BRASILEIRA DO INVENTÁRIO DE COMPORTAMENTOS AUTÍSTICOS PARA O PORTUGUÊS DE ANGOLA	VENIER, Volmar	2012	Objetivos: Realizar a adaptação cultural do Inventário de Comportamentos Autísticos (ICA) de Marteleto e Pedremônico (2005) para a população de Angola; avaliar a aplicabilidade da escala adaptada em alunos com necessidades educacionais especiais em Angola; estimar a frequência da sintomalogia dos comportamentos autísticos segundo algumas variáveis biológicas e sociodemográficas nesses alunos.
CARTOGRAFIAS DO ENCONTRO DA ESCOLA COM O AUTISMO: ANÁLISE INSTITUCIONAL DE UMA INTERVENÇÃO	FRANCESCHI, Fernanda de	2012	Esta pesquisa versa sobre a questão do autismo e a inserção do autista na escola. É uma pesquisa de natureza qualitativa e prática, situada no campo da psicologia clínica, que trata da análise institucional de uma experiência de intervenção em uma escola especial para alunos autistas da rede pública de um município do estado de São Paulo entre os anos de 2009 e 2010.
EFEITOS DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE BASEADO NO MODELO MAIS QUE PALAVRAS – HANEN, PARA CRIANÇAS MENORES DE TRÊS ANOS COM RISCO DE AUTISMO	ARAUJO, Eliana Rodrigues	2012	A presente pesquisa visa ampliar o campo de investigação em intervenção precoce focada na família sob a abordagem desenvolvimentista, avaliando os efeitos da implementação de um programa de intervenção precoce, inspirado na capacitação do modelo HMTW. Participaram do estudo um menino de dois anos, com risco de autismo, sua mãe e sua babá.
INCIDÊNCIAS DO EDUCAR NO TRATAR: DESAFIOS PARA A CLÍNICA PSICANALÍTICA DA PSICOSE INFANTIL E DO AUTISMO	BASTOS, Marise Bartolozzi	2012	A proposta do presente trabalho foi examinar as incidências do educar no tratar para pensar os desafios de uma clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo.
CRIANÇAS COM AUTISMO: INCLUSÃO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	SILVEIRA, Andrea Rosa da	2012	Este trabalho teve como objetivo analisar as práticas educativas de inclusão dos professores e outros profissionais de educação em relação às crianças com autismo.

PAR (PEÇO, AJUDO, RECEBO): UM JOGO COLABORATIVO EM MESA MULTI-TOQUE PARA APOIAR A INTERAÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS COM AUTISMO	CALPA, Greis Francy Mireya Silva	2012	Este trabalho apresenta um jogo colaborativo multi-usuário (PAR – Peço, Ajudo, Recebo) utilizando multi-toque, desenvolvido para avaliar diferentes dimensões de colaboração elaboradas conforme as necessidades de um grupo de usuários autistas com maior grau de comprometimento do que os AAF, a fim de contribuir na sua interação social.
O OBJETO AUTÍSTICO E SUA FUNÇÃO NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DO AUTISMO	PIMENTA, Paula Ramos	2012	Esta pesquisa se dedica a investigar o objeto autístico e sua participação no tratamento psicanalítico dos autistas.
A PERCEPÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO (AUTISMO) SOBRE SEU PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CORREIA, Helen Cristina	2012	Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão de uma criança com laudo médico de autismo na educação infantil, visando a repensá-lo, tendo por base a visão de mundo infantil. Esse objetivo desdobra-se em: conhecer a infância da criança com autismo, considerando os diferentes modos de ser e estar na infância; analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil em relação à criança com autismo; discutir aspectos referentes às implicações do processo de inclusão à constituição da subjetividade da criança com autismo, relacionando-os com a ideia de que eles nos possibilitam reconhecê-la como ser histórico, social e cultural.
PENNA, ELIANA CRISTINA GALLO. TEORIA DA MENTE E AUTISMO: INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM PARENTAL EXPLICATIVA DE ESTADOS MENTAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO SOCIAL	PENNA, Eliana Cristina Gallo	2012	A presente pesquisa é um estudo experimental de intervenção, cujo objetivo é investigar os efeitos de um procedimento, baseado em linguagem, sobre a habilidade de atribuição de estados mentais ao outro, em crianças com autismo.
OLHARES QUE CONSTROEM: A CRIANÇA AUTISTA DAS TEORIAS, DAS INTERVENÇÕES E DAS FAMÍLIAS	LOPEZ, Rosa Maria Monteiro	2012	Realizado a partir de pesquisa em duas instituições paulistanas que assistem crianças com características consideradas como incluídas no "espectro do autismo uma delas com linha de abordagem comportamental,

			a outra com linha de abordagem psicanalítica este estudo etnográfico propõe reflexões sobre construções conceituais e práticas nesse campo de atendimento.
AUTISMO E INTEGRAÇÃO SENSORIAL - A INTERVENÇÃO PSICOMOTORA COMO UM INSTRUMENTO FACILITADOR NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AUTISTAS	ANDRADE, Mariana Pereira de	2012	Esta pesquisa, de cunho qualitativo, tem como objetivo identificar as possíveis contribuições, em diferentes aspectos do cotidiano de crianças e adolescentes autistas, da estimulação psicomotora com foco na integração sensorial.
FATORES IMUNOLÓGICOS E PERFIL DE DESENVOLVIMENTO NO AUTISMO INFANTIL	SOUZA, Marcia Helena Favero de.	2012	Este trabalho avaliou os níveis dos marcadores de ativação imunológica, de fosfolípides de membrana e de óxido nítrico em 24 crianças autistas, pareadas por idade e sexo com crianças saudáveis, e investigou a variação desses níveis em crianças autistas com diferentes perfis de desenvolvimento.
"UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NAS COMUNIDADES DA REDE DE RELACIONAMENTOS DO ORKUT NO BRASIL"	GONCALVES, Valeria Portugal	2012	Este trabalho faz uma análise do conteúdo de seis comunidades brasileiras de autismo da rede de relacionamentos do Orkut. Alguns resultados são apresentados em relação à divulgação de modelos teóricos, conhecimento baseado no cotidiano e formas de ativismo em saúde no processo de construção do diagnóstico de autismo nessas comunidades virtuais.
AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM E DE TEORIA DA MENTE NOS TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO COM A APLICAÇÃO DO TESTE STRANGE STORIES TRADUZIDO E ADAPTADO PARA A LÍNGUA PORTUGUESA	VELLOSO, Renata de Lima	2012	O objetivo deste estudo foi a avaliação de habilidades de linguagem e de Teoria da Mente em indivíduos com TEA e indiví-duos-controle, com a aplicação do teste Strange Stories, traduzido e adaptado para a Língua portuguesa. Participaram do estudo 28 crianças com TEA e 56 crianças-controle, todas do sexo masculino e na faixa etária entre seis e 12 anos.
MÚSICA E INVOCAÇÃO: UMA OFICINA TERAPÊUTICA COM	LIMA, Tiago de Moraes Tavares de	2012	A presente pesquisa visa acompanhar os efeitos de uma oficina de música sobre um grupo de crianças com

CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DE DESENVOLVIMENTO			transtornos de desenvolvimento. O objetivo foi o de estabelecer algumas hipóteses sobre a compreensão que a atenção à dimensão da musicalidade pode fornecer sobre esses casos, bem como que tipo de contribuição é capaz de proporcionar em termos de tratamento.
DIFICULDADES COMUNICATIVAS PERCEBIDAS POR PAIS E/OU CUIDADORES DE CRIANÇAS DO ESPECTRO DO AUTISMO: UM QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTOS	BALESTRO, Juliana Izidro	2012	O objetivo deste estudo foi, a partir da percepção dos pais e/ou cuidadores, buscar compreender as variáveis relevantes quanto às dificuldades comunicativas percebidas por eles.
ESTUDO DA MORFOLOGIA E DA SINTAXE DA LINGUAGEM DE INDIVÍDUOS AUTISTAS DE ALTO DESEMPENHO	BARREIRA, Gabriella Martins Dutra	2011	O presente estudo teve como objetivo avaliar a morfologia e sintaxe da linguagem de indivíduos autistas de alto desempenho.
"AVALIAÇÃO PRAGMÁTICA, SEMÂNTICA E MORFOSSINTÁTICA DE CRIANÇAS AUTISTAS VERBAIS E NÃO VERBAIS"	DIAS, Ana Paula Botelho Henriques	2012	OBJETIVOS: Avaliar a linguagem pragmática, semântica e morfossintática de crianças autistas verbais e não verbais de 3 a 7 anos do sexo masculino; comparar e correlacionar aspectos do perfil global de linguagem e perfil comunicativo.
AVALIAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEITURA EM CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO	SANTOS, Larissa Chaves de Sousa	2012	Este estudo tem como objetivo investigar se procedimentos de correção adicionais ao ensino seriam eficazes na aquisição de leitura com compreensão por unidades verbais mínimas sem treino direto e se este procedimento de ensino é eficaz para prevenção de controle restrito de estímulos.
ESTUDO PILOTO PARA O MAPEAMENTO DA TRAJETÓRIA EM BUSCA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO MUNICÍPIO DE BARUERI EM SÃO PAULO	ARAUJO, Rodrigo Romano de	2012	O presente trabalho teve como objetivo geral desenvolver uma metodologia para a análise da trajetória de pais com filhos com TEA na busca de diagnóstico e tratamento em serviços de saúde no município de Barueri do Estado de São Paulo.
USO DO SISTEMA POR INTERCÂMBIO DE FIGURAS (PECS) PARA	ZINK, Adriana Gledys	2012	A presente investigação teve como objetivo condicionar pacientes com autismo ao uso do Sistema de

O TRATAMENTO ODONTOLOGICO DE INDIVIDUOS COM AUTISMO.			Comunicação por intercâmbio de figuras (PECS) adaptado à odontologia.
UMA REFLEXÃO ACERCA DA INCLUSÃO DE ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	PRACA, Elida Tamara Prata de Oliveira	2011	O presente trabalho, em um primeiro momento, tem por objetivo analisar a inclusão de um aluno autista matriculado em uma sala regular de 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública, municipal, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.
INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA AUTISTA EM SITUAÇÕES DE BRINCADEIRA LIVRE E COMPUTADOR	COUTINHO, Ana Flavia de Oliveira Borba	2012	Este trabalho teve como objetivo geral: analisar a interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e no computador; e objetivos específicos: apreender as concepções maternas sobre o autismo; identificar e comparar os estilos de comunicação da díade mãe-criança autista nas situações de brincadeira livre e computador; e verificar as estratégias utilizadas pelas mães para estimular o interesse da criança nas atividades. Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado por uma abordagem qualitativa e quantitativa.
AUTONOMIA DO INDIVÍDUO COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO NO TRANSTORNO INVASIVO DO DESENVOLVIMENTO	NASCIMENTO, Layna Germano do	2012	A presente dissertação estuda o conceito de autonomia e suas possibilidades para a pessoa vulnerável que é o indivíduo com deficiência, especificamente com transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), também denominado autismo.
RAM – SOBRE A POSSIBILIDADE DO TRATAMENTO ANALÍTICO	OLIVEIRA, Elisa Carvalho de	2012	A presente tese resulta de um trabalho de pesquisa suscitado pelos impasses com os quais o psicanalista se defronta na clínica do autismo.
HABILIDADES CONVERSACIONAIS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTÍSTICO	MIILHER, Liliane Perroud	2012	A interação entre pessoas é essencial à vida em sociedade. As conversas são uma das formas mais comuns de interação. Ainda que estas sejam uma ação natural para muitas pessoas, constituem-se um desafio nos quadros do espectro do autismo, no qual as dificuldades de linguagem e de engajamento social limitam a inserção real na vida comunitária. As desvantagens na linguagem e nas habilidades conversacionais em geral tem sido descritas há muitos anos sem que se saiba ao certo as relações entre estes itens. A fim de investigar estas questões esta pesquisa foi subdivida em três estudos que visaram fornecer

			elementos para uma micro análise pragmática, sintático-semântica e uma macro análise conversacional.
ESTUDO DE UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA COGNIÇÃO SOCIAL NOS TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA	VINIC, Alessandra Aronovich	2012	Este estudo apresenta uma proposta de avaliação específica para Cognição Social nos TEA, em situação diagnóstica. A avaliação de 22 crianças com TEA, do sexo masculino, entre 6 e 11 anos, comparadas com grupo controle, constou do Protocolo de Cognição Social desenvolvido pela pesquisadora, Questionário de Comportamento e Comunicação Social ou Autism Screening Questionnaire (ASQ) (SATO et al., 2009), Wisc III-R e Escala de Avaliação do Quociente de Empatia e Sistematização – versão para criança, em Português – Child EQ-SQ (VINIC; SCHWARTZMAN, 2010). Os resultados obtidos foram discutidos, visando à indicação da proposta de Avaliação de Cognição Social para crianças e seu uso como parte da avaliação diagnóstica de TEA. Palavras-chave: Cognição Social. Autismo. Avaliação.
CONTROLE SELETIVO DO ESTÍMULO EM UMA TAREFA DE EMPARELHAMENTO COM O MODELO COM PALAVRAS COMO ESTÍMULOS COMPOSTOS: ANÁLISE DE UM PROCEDIMENTO DE RESPOSTA DIFERENCIAL DE OBSERVAÇÃO (DOR) E ESTÍMULOS COM DIFERENÇAS CRÍTICAS E MÚLTIPLAS	WEGBECHER, Samira de Toledo	2012	O objetivo do presente estudo foi avaliar a eficácia de um procedimento que utilizou Resposta Diferencial De Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas para eliminar o controle seletivo em tarefas de emparelhamento simultâneo com o modelo, realizadas por um participante diagnosticado com transtorno do espectro do autismo.
ESTUDOS DOS POLIMORFISMOS DO GENE RECEPTOR 2A (HTR2A) E DO GENE TRANSPORTADOR DA SEROTONINA (SLC6A4) ASSOCIADOS COM O ESPECTRO AUTISTA	OPRERSKI, Bruno	2012	Objetivo: Verificar frequências alélicas e a hipótese de associação preferencial de quatro polimorfismos da serotonina em portadores de TGD e em controles.
INTERCORRÊNCIAS E ESTRESSORES PSICOLÓGICOS NA GESTAÇÃO DE MÃES	PORTO, Rebeca Fogaca	2011	As intercorrências gestacionais adversas incluindo estressores psicológicos são fatores de risco para o desenvolvimento futuro dos filhos

DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO			com manifestações variadas de distúrbios, entre as quais Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Para avaliar esta situação estudamos uma amostra de 60 mães de indivíduos com diagnóstico de TEA, recrutados em 2 Instituições especializadas no atendimento de pessoas deficientes: a AVAPE da cidade de São Paulo e a APAE da cidade de Barueri.
ENTRE ATOS E AÇÕES: IMPRIMINDO SUBJETIVIDADE À ESCRITA SOBRE A CLÍNICA DA TERAPIA OCUPACIONAL COM A CRIANÇA CHAMADA AUTISTA	MAGALHAES, Ana Claudia Reis de	2012	Este trabalho objetivou repensar a prática da Terapia Ocupacional com esta criança à luz de considerações teóricas e conceitos da psicanálise.
AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	CZERMAINSKI, Fernanda Rasch	2012	Essa dissertação teve como objetivo investigar as funções executivas em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).
APRIMORANDO A VISUALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE REGRAS SWRL NA WEB	SILVA, Adriano Rivolli da	2012	Como estudo de caso, foi utilizada a Autism Phenologue Rules, uma ontologia para caracterizar fenótipos de autismo, para exemplificar um conjunto grande e complexo de regras SWRL. A partir desse estudo, uma nova representação visual específica para as regras dessa ontologia foi elaborada, permitindo que um especialista em autismo, sem grandes conhecimentos computacionais, seja capaz de ver e editar regras sem ter de se preocupar com a sintaxe da linguagem SWRL. Os resultados obtidos indicam que o SWRL Editor é uma ferramenta clara e intuitiva, contribuindo para um melhor entendimento, criação e gerenciamento de regras SWRL.
A MÁGICA DA EXCLUSÃO: SUJEITOS INVISÍVEIS EM SALAS ESPECIAIS	KELLY, Brenda Oliveira	2012	O presente trabalho emerge da vivência da pesquisadora com dois alunos com diagnóstico de autismo alocados em uma sala do ensino especial, de uma escola pública, do ensino regular de Brasília.
ECOS DE SI O CORPO DO ANALISTA COMO SEMÂNTICA DO SENSÍVEL	ABREU, Ivan Guilherme Hamouche	2012	O trabalho investiga a função do analista, tomado em seu corpo, desperto no encontro com a criança ensimesmada e sem fala, encontro considerado como experimentação

			sensível de formas em movimento (Gestaltung).
REFLEXÕES ACERCA DOS EFEITOS CAUSADOS PELO ENCONTRO COM O AUTISTA: A ENCENAÇÃO DO ESTRANHO FAMILIAR	ARAUJO, Manoela de Lira Malta	2011	Partindo das construções feitas em trabalhos anteriores, nosso objetivo, na presente proposta de investigação, foi o de – a partir da análise das falas de uma investigadora e uma terapeuta sobre suas experiências de encontro com crianças autistas – discutir acerca dos efeitos causados pelo autista nesse outro, a saber: investigadora e terapeuta.
ANÁLISE DE POLIMORFISMOS NOS GENES DA ROTA SEROTONINÉRGICA EM PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	LIMA, Nathalia Oliveira de	2012	O objetivo deste trabalho foi investigar a ocorrência dos polimorfismos G861C no gene HTR1B e o 5HTTLPR no gene 5-HTT em pacientes com TEA idiopático. Inicialmente, foram selecionados 120 paciente com TEA e seus pais biológicos no Ambulatório de Autismo, do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza da UFPA e da Casa da Esperança.
HABILIDADES COMUNICATIVAS DE AUTISTAS NÃO-VERBAIS FRENTE A UM PROGRAMA PICTÓRICO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA	BEVILACQUA, Monica	2012	Objetivo: Verificar as habilidades comunicativas de sujeitos autistas, não-verbais ou verbais, com fala pouco funcional, em um programa de comunicação alternativa pictórica, em dois momentos de intervenção terapêutica.
SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DO DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PRÁXIS SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DO DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PRÁXIS	MIRANDA, Carina Martins	2011	O presente trabalho pretende discutir formas de atenção ao autismo e à psicose infantil a partir da análise das políticas públicas de um município de médio porte do oeste paulista.
A EMERGÊNCIA DA ABSTRAÇÃO EM CRIANÇAS AUTISTAS ATRAVÉS DO TREINO DO COMPORTAMENTO	RIBEIRO, Daniela Mendonça	2011	O processo de refinamento das relações de controle entre estímulos envolvendo uma propriedade ou uma combinação de propriedades, denominado abstração, tem gerado

DE OUVINTE			crescente interesse em diferentes paradigmas da Análise do Comportamento. No entanto, parece haver uma falta de integração do conhecimento produzido por eles, o que dificulta uma descrição mais compreensível do responder abstrato. Essa questão, além de ser de interesse teórico, pode contribuir para o desenvolvimento de procedimentos sistemáticos que busquem explicitar os passos necessários para o ensino do responder abstrato em crianças com ou sem atraso de linguagem em ambientes aplicados. Os dois estudos aqui descritos investigaram se o ensino de relações de ouvinte conduziria à emergência de respostas de tato e do responder abstrato em estudantes universitários e em crianças com autismo e deficiência intelectual.
"DA DEFICIÊNCIA À DIFERENÇA: UM PERCURSO NECESSÁRIO À SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA CEGA"	JESUS, Cristiane Fatima Dias de	2011	As reflexões acerca desta pesquisa iniciaram-se tendo como ponto de partida o interesse pelas questões relacionadas às experiências mais primitivas que estão na base da constituição da subjetividade.
RELAÇÃO ENTRE AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DO CEREBELO E OS TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS	BALDACARA, Leonardo Rodrigo	2011	Nesta pesquisa, o objetivo foi medir o volume do cerebelo e de suas sub-regiões em indivíduos portadores de transtornos psiquiátricos e relacionar tais achados aos sintomas.
A TEORIA DO APEGO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA CONTEMPORÂNEA	GOMES, Adriana de Albuquerque	2011	O presente trabalho objetivou identificar os avanços da Teoria do Apego na Psicologia contemporânea, por meio de análise de material bibliográfico publicado no período de 2005 a 2010, na modalidade de resumos de artigos científicos e no formato de textos completos indexados nas bases de dados PsycInfo, Eric, Lilacs e Scielo.
SAÚDE E EDUCAÇÃO: CAPILARIZAÇÕES TUTELARES NOS (DES)CAMINHOS DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS.	FRANCO, Debora Augusto	2011	Este trabalho tem por objetivo colocar em análise algumas questões referentes à construção social de uma ideia de família no contemporâneo, evidenciando a naturalização de conceitos-estereótipos que giram em torno desta, identificando-a como tendo ou não uma estrutura, a partir de uma designação que supõe haver uma representação de família, baseada no modelo nuclear burguês.

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO CULTURAL PARA A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL DO INVENTÁRIO DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO 01- THE BEHAVIOR PROBLEMS INVENTORY (BPI-01)	BARALDI, Gisele da Silva	2011	Pessoas com Distúrbios do Desenvolvimento e deficiência intelectual frequentemente apresentam problemas de comportamento em níveis variados de gravidade que prejudicam seu desenvolvimento, adaptação social e possibilidades de inclusão. Os procedimentos mais utilizados para identificar problemas de comportamento são a observação comportamental e os inventários comportamentais padronizados. No Brasil há uma escassez de instrumentos padronizados para avaliar problemas de comportamento em populações com desenvolvimento atípico. O objetivo do estudo é traduzir e realizar adaptação cultural do instrumento The Behavior Problems Inventory-BPI-01 para a língua portuguesa do Brasil.
RELATOS SOBRE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS DE MÃES DE FILHOS COM DÉFICIT DE CONTATO AFETIVO	VIEIRA, José Airton Alexandre	2011	O presente estudo objetivou analisar relatos sobre experiências emocionais da mãe nas vivências com filhos que apresentam Déficit de Contato Afetivo.
AUTISMO E EDUCAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO AUTISTA COMO ALUNO DA REDE MUNICIPAL NO RIO DE JANEIRO	DAVID, Viviane Felipe	2012	O objetivo principal deste trabalho é compreender como o aluno autista torna-se objeto de política pública e como estas políticas afetam e são afetadas pela cultura escolar, investigando os conflitos entre os imperativos legais das políticas inclusivas e as imposições práticas da cultura escolar na rede de ensino municipal da cidade do Rio de Janeiro.
IDENTIFICAÇÃO DE GENES E VIAS ASSOCIADAS AOS TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA	OLIVEIRA, Karina Griesi	2011	No presente estudo, selecionamos como uma primeira abordagem o estudo de translocações cromossômicas, buscando encontrar genes candidatos para posteriores estudos funcionais.
ATIVIDADES ESCOLARES ENVOLVENDO ALUNOS AUTISTAS NA ESCOLA ESPECIAL	BRAGIN, Josiane Maria Bonatto	2011	Estudo fundamentado na perspectiva histórico-cultural que objetiva conhecer quais são as experiências que estão sendo proporcionadas aos alunos com diagnóstico de Transtorno Invasivos do Desenvolvimento (autistas), pelas práticas educacionais atuais, compreender que concepções orientam essas práticas e que possibilidades alternativas de

			educação destes alunos podem existir.
ADAPTAÇÃO BRASILEIRA DO M-CHAT (MODIFIED CHECKLIST FOR AUTISM IN TODDLERS)	SOUZA, Rodrigo Monteiro de Castro	2011	O objetivo do presente estudo é buscar evidências de validade do instrumento de triagem M-CHAT para uma amostra brasileira. Esse instrumento de fácil apuração é composto por 23 itens com escala dicotômica do tipo sim/não e pode ser respondido por pais ou responsáveis de crianças entre 18 e 24 meses.
VERSÃO INFANTIL DO TESTE LER A MENTE NOS OLHOS (READING THE MIND IN THE EYES TEST): UM ESTUDO DE VALIDADE	MENDOZA, Melanie	2012	A versão infantil do "Teste de Ler a Mente nos Olhos" ("Reading the Mind in Eyes Test – Child Version") de Simon Baron-Cohen, é composto por 28 fotografias da região dos olhos de indivíduos com diferentes expressões e tem como objetivo uma quantificação da habilidade do indivíduo em inferir estados mentais a partir de expressões faciais, sendo usualmente utilizado como um instrumento para avaliação de Teoria da Mente. Neste trabalho foi feito um estudo de validade de uma versão em português do teste, visando maiores esclarecimentos acerca de suas propriedades psicométricas.
AS PSICOSES NA CLÍNICA COM CRIANÇAS: O CORPO SEM A AJUDA DE UM DISCURSO ESTABELECIDO	BARROSO, Suzana Faleiro	2012	Investiga-se, nesta tese, a hipótese sobre a especificidade da psicose infantil, considerando a prevalência do sofrimento que advém do corpo e de seus sintomas, com repercussão na saúde, na educação e na socialização de crianças.
COMPARAÇÃO ENTRE O PERFIL FUNCIONAL DA COMUNICAÇÃO E AS RESPOSTAS OBTIDAS NO FUNCTIONAL COMMUNICATION PROFILE REVISED (FCP-R) EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO	SANTOS, Thais Helena Ferreira	2012	Objetivo: Classificar crianças e adolescentes autistas segundo os critérios do Functional Communication Profile – Revised (FCP-R) e associar o seu resultado ao Perfil Funcional da Comunicação (PFC).
QUESTÕES SOBRE OS EMBARAÇOS DA RELAÇÃO CRIANÇA-LINGUAGEM: A PRESENÇA DO NOME PRÓPRIO E DE PRONOMES PESSOAIS	DIAS, Paula Teixeira	2012	Este trabalho problematiza a inquietação levantada por crianças com marcante escassez e precariedade de manifestações linguísticas, com relação muito incomum e constrangedora com outro (diagnosticadas com transtorno global/invasivo do desenvolvimento?;

			autismo? ou psicose?).
MUSICOTERAPIA APLICADA À AVALIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO SISTEMÁTICA E ESTUDO DE VALIDAÇÃO	GATTINO, Gustavo Schulz	2012	Objetivos: verificar os efeitos da improvisação musical em desfechos oriundos de ensaios controlados randomizados (ECRs) através de uma revisão sistemática. Ainda, traduzir e validar para uso no Brasil um instrumento específico de musicoterapia que avalia a comunicação de crianças com autismo: o Category System for Music Therapy (KAMUTHE).
"CLOZAPINA NO TRATAMENTO DA AGRESSIVIDADE PATOLÓGICA GRAVE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE CONDUTA OU COM AUTISMO"	TEIXEIRA, Eduardo Henrique	2012	O presente estudo avaliou a repercussão da restrição protéica gestacional sobre os receptores do sistema renina-angiotensina no sistema nervoso central e seu impacto na programação da hipertensão arterial na vida adulta.
DÉFCIT NA INICIATIVA DE ATENÇÃO COMPARTILHADA COMO PRINCIPAL PREDITOR DE COMPORTAMENTO SOCIAL NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	ZANON, Regina Basso	2012	Procurando explorar essa premissa, esse trabalho constitui-se por três estudos. No primeiro, realizou-se uma revisão crítica da literatura acerca dos comportamentos de IAC e RAC no TEA, apresentando modelos teóricos e evidências. Os outros dois estudos, de natureza empírica, investigaram, respectivamente: (a) os primeiros sintomas observados pelos pais e a idade da criança na ocaisão e (b) a relação entre a intensidade dos comprometimentos precoces na AC (IAC e RAC, separadamente) e o desenvolvimento sociocomunicativo subsequente das crianças
PREVALÊNCIA DE LESÕES DENTÁRIAS TRAUMÁTICAS EM INDIVÍDUOS COM AUTISMO	HABIBE, Rosilea Chain Hartung	2012	O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência das LDTs em indivíduos autistas; determinar a prevalência entre sexos, idades e usuários de medicação; identificar os tipos de lesões dentárias traumáticas mais prevalentes; reconhecer o tipo de atividade desenvolvida, a etiologia e os locais mais frequentes de ocorrência das LDTs. Foram incluídos neste estudo 61 indivíduos autistas (GA) de ambos os sexos, na faixa etária de 4 a 17 anos de idade, matriculados na Escola Municipal Especializada Dayse Mansur da Costa Lima, situada na cidade de Volta Redonda, RJ, Brasil.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE ASPERGER	CAROLO, Patricia Barros Marcondes	2012	Assim, o presente estudo constitui-se de um programa para o desenvolvimento da empatia em crianças e adolescentes com Síndrome de Asperger (SA). O objetivo geral foi aprimorar essa capacidade através do aprendizado de estratégias com foco no desenvolvimento do componente cognitivo, em especial habilidades como a tomada de perspectiva e a flexibilidade mental.